



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TOMAR



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TOMAR

Está conforme o original
Tomar, 27 de Nov. de 2014

[Handwritten signature]

5ª SESSÃO ORDINÁRIA, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2014

MINUTA DE DELIBERAÇÃO

.../...

--- Entrando no **Ponto Catorze** da Ordem de Trabalhos – Discussão e votação da Deliberação de Câmara tomada em reunião de 31.10.2014, sobre as **“Grandes Opções do Plano e Orçamento do Município de Tomar para o ano 2015 e Mapa de Pessoal para o ano de 2015”**, ao abrigo da alínea c), do nº 1, do artº 33º e alínea a), do nº 1 do artº 25º, ambas da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro e do nº 4, do artº 29º, da Lei nº 35/2014, de 20 de Junho, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal abriu inscrições para o uso da palavra, tendo-se verificado as seguintes intervenções: Senhora Presidente da Câmara Municipal; José Manuel M. Delgado, do Partido Social Democrata; Luis Antonio A Francisco, dos Independentes por Tomar; Susana Alexandra F. Faria, do Partido Socialista; Paulo Jorge da E. Silva Bacelar de Macedo, da Coligação Democrática Unitária; Maria Celeste Jesus Nunes, do Partido Socialista; Nuno Miguel da S. Ferreira, do Partido Socialista; Senhora Presidente da Câmara Municipal (2ª intervenção); Tiago Manuel H. Carrão, do partido Social Democrata; Luis António A. Francisco, dos Independentes por Tomar (2ª intervenção); João Manuel P. Henriques Simões, dos Independentes por Tomar; Luis José da S. Ferreira, do partido Socialista; Manuel António D. Carlos, do partido Social Democrata; Hugo Miguel C. Santos Costa, do Partido Socialista; Senhora Presidente da Câmara Municipal de Tomar (3ª intervenção) e José Manuel M. Delgado, do Partido Social Democrata. -----

--- Não havendo mais inscrições, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou à votação, tendo sido aprovada com quinze votos a favos do Partido Socialista, Coligação Democrática Unitária e Bloco de Esquerda e três abstenções dos Independentes por Tomar. ---

--- O Grupo Municipal do Partido Social Democrata não participou na votação, tendo os seus elementos se ausentado da sala no momento da votação. -----

--- O Grupo Municipal dos Independentes por Tomar apresentou uma Declaração de Voto do seguinte teor: **Grupo Municipal INDEPENDENTES por TOMAR - Grandes Opções do Plano e Orçamento do Município de Tomar para o ano de 2015 - Declaração de Voto: Um Plano de Actividades constitui o principal instrumento da gestão, em que se irá concretizar uma ideia, uma visão estratégica para o Concelho e a actividade de um ano, a qual tem de ser articulada com a dos anos anteriores e com a dos anos subsequentes, dada a sua interdependência. ----- O suporte financeiro do Plano é o Orçamento, que prevê as verbas destinadas a concretizar aquilo que se propõe. -----**

O PSD, no poder consecutivamente durante dezasseis anos, começou por consignar a divisa **“Tomar (um) Rumol”**, em que a revisão do PDM e o parque temático eram as acções estruturantes a desenvolver e a realizar. O parque temático nunca existiu e a revisão do PDM, começada uns anos depois, ainda não está concluída. Apareceu depois o **“Projecto com futuro!”**, mas sem qualquer suporte programático, isto apesar do ano eleitoral que se aproximava. -----

Para o ano de 2008 a divisa já foi: **“O futuro constrói-se!”**. Para o ano de 2009: **“Tomar com futuro!”**. Para o ano de 2010, já com a conjuntural e espúria maioria PSD/Partido Socialista, a divisa passou a ser: **“Um Concelho mais competitivo!”**. Para o ano de 2011, com a coligação em rota de colisão e em acentuada desagregação, a divisa foi: **“Um Concelho mais solidário!”**. Para 2012 a ainda maioria PSD/PS avançou com a divisa **“Um Concelho solidário e mais coesol”**, mas as GOP não foram aprovadas pelo Executivo Camarário e não entraram em vigor. Finalmente para o ano de 2013 (o último do mandato anterior) a então maioria relativa PSD apresentou como divisa: **“Um Concelho Virado para a Comunidade!”**. -----

Ora, sendo certo que estas palavras de ordem se adequavam aos tempos difíceis que fomos vivendo (e que, infelizmente, se continuarão viver) e que até poderiam ser aceitáveis se assentassem em opções políticas substancialmente diferentes, protagonizadas por outra gente e se tal fosse a expressão da realidade – o que manifestamente nunca se verificou! -----



Está conforme o original

Tomar, 27 de Nov. de 2014 J. J. S.

Os resultados eleitorais autárquicos operaram uma mudança política, da qual resultou a actual maioria PS/CDU, que apresentou as Grandes Opções do Plano e o Orçamento do Município para o ano de 2014, sob o lema: "Porque a mudança é agora e é o futuro que nos interessa" e se comprometeu a "proceder à elaboração de um orçamento rectificativo no início do segundo semestre, capaz de refletir de forma mais evidente o cunho do executivo agora em funções, e a filosofia de mudança da gestão e orientação nos serviços do município que pretendemos implementar" (sic). Mas tal comprometimento nunca viu a luz do dia e, assim, se mantiveram as opções de gestão enunciadas. -----

GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE TOMAR PARA O ANO DE 2015. -----

No PARTE I das GOPs e Orçamento para o ano de 2015, após uma análise à evolução dos indicadores demográficos no Concelho, sua comparação com outras autarquias e também aos índices de desemprego (pág.s 6 e 7), a maioria PS/CDU afirma que: "...O combate ao despovoamento constituiu-se como objetivo central da estratégia do Município. Nesse sentido, importa reter a população residente e, simultaneamente, criar as condições para a atração de novos residentes, de modo a alterar a respetiva pirâmide etária, revitalizando a estrutura demográfica do município" (sic, pág. 9). -----

Daqui surge -----

"O grande desafio para 2015. -----

Continuar a promover o saneamento financeiro nos próximos anos, para garantir a SUSTENTABILIDADE do Município para o futuro, sem comprometer a gestão corrente e o apoio permanente às populações. -----

A estratégia para os próximos ano passa pelo reforço das políticas sociais, pelo equilíbrio financeiro nas contas e pela implementação de dinâmicas que visem a criação de emprego e de valor para a economia local. Nesta conformidade quer o Orçamento quer o PPI/PPA são o suporte programática desta estratégia e considera-se que estão devidamente alinhados com a mesma. -----

Assim a primeira APOSTA ESTRATÉGICA para 2015, SERÁ A HABITAÇÃO SOCIAL (...) -----

A segunda APOSTA ESTRATÉGICA a dar execução em 2015, será a concretização dos projectos qualificantes da economia local, da educação, da segurança rodoviária e da vocação turística de Tomar (...) " (sic, pág. 9). -----

"A terceira APOSTA ESTRATÉGICA a dar execução em 2015, será a optimização das funções correntes, dentro da sua visão e missão, que preparem o Município para os desafios do novo Quadro de Financiamento 2020 (sic, pág. 10). -----

E a maioria PS/CDU constata que "Nos Relatórios sobre Qualidade de vida nos Municípios Portugueses, de 2007, em 278 Concelhos, encontrava-se na 99ª posição. No ano de 2009, na posição 130ª. No ano de 2012, na posição de 206, num total de 308 Concelhos. É no fundo este o grande desafio que se coloca, quer para este Orçamento, quer para os seguintes: potenciar a qualidade de vida dos Tomarenses. O Município de Tomar orienta a sua acção no sentido de transformar o Concelho de Tomar num espaço territorial dinâmico, competitivo e solidário, no contexto da globalização e da sociedade do conhecimento. O Atual Orçamento, aprofunda esta visão, apoiando-se em princípios de os documentos previsionais que apresentamos apoiam-se em princípios e regras de rigor, contenção, prudência, equidade geracional e transparência, assim como as disposições legais (...) as quais condicionam à locação de recursos na autonomia da gestão municipal, tendo sempre em conta, apesar de todas as restrições, as necessidades sociais, agudizadas que têm estado por políticas centrais erradas" (sic, pág. 8). -----

Aguardamos que a franca disponibilidade democrática se concretize e que tais princípios sejam correspondidos pelos actos e, objectivamente, não acabem desmentidos pela realidade! -----

Mas o certo é que as baixas execuções orçamentais (a partir de 2004 até ao presente) – a rondar os 50% ou mesmo abaixo de tal fasquia – e a difícil situação financeira em que o Município se encontra, não são nada animadoras e não auguram nada de bom. -----

Os Planos irrealistas e os Orçamentos hiperinflacionados destes últimos anos assentaram numa reiterada política de taxas e tarifas no máximo limite possível e na necessidade de justificar o crescente endividamento também no máximo limite permitido por Lei (ex. o aumento dos juros dos financiamentos, mais a amortização de empréstimos). -----

Ora, como sempre o afirmámos, os seus resultados estão bem à vista de todos: -----

baixa de população – estagnação – retrocesso no desenvolvimento

No Documento em análise (nas págs. 6 e 7) vem confirmado que os INDEPENDENTES por TOMAR tinham razão nas suas críticas às políticas praticadas pelo PSD (com a conivência do PS, que até concretizou uma coligação de lugares e de interesses), que foram agravando a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TOMAR



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TOMAR

Está conforme o original

Tomar, 22 de Nov. de 2014

Handwritten signature and initials

situação económica e social do Concelho, com o consecutivo abaixamento dos indicadores demográficos, com um sensível decréscimo populacional e com um desemprego acentuado, que colocam Tomar em difícil situação.

No documento não se encontra qualquer informação sobre a execução orçamental de 2014. — Tal omissão, além de incorrecta do ponto de vista técnico, pode indiciar a possibilidade de, mais uma vez, estarmos perante um exercício orçamental fantasioso, ou mesmo sem método, nem rigor, principalmente, no que respeita às Receitas.

Como é do conhecimento público os compromissos assumidos em anos anteriores são de valor muito significativo e os os INDEPENDENTES por TOMAR não vislumbram nas GOP e Orçamento para 2015 uma estratégia consistente que conduza à resolução dos graves problemas financeiros do Município.

Estamos perante um Plano de continuidade, vocacionado para a tarefa de tentar concluir as obras em curso (obras da Levada, obras do Mercado e outras) incluindo no seu Orçamento verbas para tentar liquidar os compromissos financeiros assumidos – taxas e licenças de obras particulares, vendas de património e fundos nacionais e comunitários.

Mas, de novas obras particulares muito pouco se pode esperar, dada a patente estagnação da actividade económica e a teia burocrática que as tem envolvido.

No contexto de crise em que vivemos as vendas de património nem se mostram exequíveis e nem tão pouco pode haver a expectativa de que, a sua eventual concretização, venha gerar os altos valores orçamentados.

Quanto aos fundos nacionais e comunitários, a sua comparticipação é sempre parcial, cabendo à autarquia assegurar o financiamento da parte não comparticipada, com recurso a fundos próprios (inexistentes, como é sabido) ou ao crédito bancário, o qual é de difícil acesso e se revela muito oneroso!

Aliás, é por causa disso que o endividamento do Município é muito significativo!

Acréscimo que, o arranque de um novo quadro comunitário ainda irá demorar, sendo certo que se prevê muito restritivo e exigente.

Portanto as expectativas não são muito risonhas!

Hoje, como ontem, continuamos a afirmar que, se não houver a coragem e a capacidade de alterar o rumo político seguido e os errados paradigmas da governação, Tomar será cada vez mais pobre, mais dependente, mais secundarizado!

O Grupo Municipal INDEPENDENTES por TOMAR entende que é crucial proceder a uma alteração radical das erradas e erráticas políticas que têm sido seguidas nestes últimos anos, para estancar o endividamento sistémico do Município e também para impedir que as suas despesas de funcionamento mantenham um ritmo de crescimento crescente.

Constatamos haver uma actuação centrada na receita - por sinal algo inflacionada - enquanto nos parece haver muito pouco que aponte para uma consistente estratégia de contenção orçamental da despesa.

Aliás, enfatiza-se a despesa com pessoal nas despesas estruturais, agora na ordem dos 11,5 milhões de euros, em que existe um aumento de 2,7 milhões de euros face às despesas realizadas em 2013.

E, não se pode esquecer a integração dos trabalhadores do sector de resíduos sólidos e limpeza urbana nos SMAS (num total de 40), sendo expectável um decréscimo da despesa corrente da ordem dos 600 mil euros.

Os INDEPENDENTES por TOMAR apresentaram à população do Concelho um conjunto

PRIORIDADES

O **Desenvolvimento económico** é estratégico e prioritário pelo que devemos ter políticas roactivas de atracção de investimento com vista à criação de emprego. Nesta vertente, para além do investimento nas novas tecnologias e na área social, será necessário definir planos estratégicos na área do Turismo (a desenvolver com operadores turísticos e demais parceiros do sector) e na área da Cultura com associações e demais instituições.

Resolução do ruinoso negócio do PSD, o conhecido **Parque T**, que por certo envolverá um valor superior a 10 milhões de euros – actualmente o município paga 100 mil euros por mês (quando paga!) dos quais mais de 60% são encargos com juros.

Requalificação da zona do **Flecheiro** em paralelo com a criação de **Parques Nómadas** que permitam que as famílias de etnia cigana tenham espaços com condições de habitabilidade, mantendo a sua cultura e costumes e defendendo uma boa integração na comunidade.

Salvo raras excepções em algumas das nossas **Freguesias** as estradas e os caminhos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TOMAR



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TOMAR

Está conforme o original

Tomar, 27 de Jul de 2014

[Handwritten signature]

municipais, em muitos casos, estão num estado de degradação ao que urge dar resposta, pelo que se torna necessária a constituição de um adequado **Parque de Máquinas** que dê resposta a estas necessidades. -----

Temos consciência de que **investimentos estruturantes** para o Concelho, como é o caso do **saneamento básico** e das **principais acessibilidades** nomeadamente a conclusão da estrada da Serra, Carvalhos de Figueiredo, Valdonas e ligação às Algarvias, só serão possíveis de forma significativa com os Fundos Comunitários que estarão disponíveis para o período 2014/2020. Para esse efeito teremos que ter uma estrutura que analise os regulamentos dos **Fundos Comunitários** de forma a potenciar um óptimo aproveitamento por parte do município, bem como a dar resposta a todos aqueles (instituições ou empresas) que queiram investir no nosso Concelho. A requalificação dos principais aglomerados urbanos, em particular a zona histórica da cidade, é uma realidade e uma preocupação sobre a qual teremos que intervir (em colaboração com as juntas de freguesia). Com a urgência que o assunto requer, e protocolando com o **Instituto Politécnico de Tomar**, daremos início aos projectos de **Regeneração Urbana**. -----

Para além da necessária reestruturação financeira também é necessário, face à nova realidade e à aposta clara no investimento e na prestação de melhor serviço ao cidadão, às famílias e às empresas, a reorganização dos serviços municipais e a criação do **Balcão de Atendimento Único**. -----

Encontrar solução para o problema do **Convento de Santa Iria e Colégio Feminino** estabelecendo parcerias adequadas que permitam a recuperação destes espaços, defendendo sempre o interesse público, e pondo fim a mais um negócio do PSD que consumiu mais de um milhão e meio de euros. -----

Reestruturação da **Higiene e Limpeza** do Concelho, por forma a rentabilizar os equipamentos e permitir a adequada recolha de resíduos sólidos, lavagem de contentores e limpeza urbana. - Devolver a Tomar a denominação "**Tomar, Cidade Jardim**" requalificando os espaços verdes do Concelho e procedendo à revitalização do **Rio Nabão** e à reposição da sua fauna e flora. --- Promover a realidade "**Centro Escolar da Linhaceira**" para o ano lectivo 2014/2015, com a integração do edifício já existente, evitando a deslocação dos alunos para os Concelhos vizinhos. -----

Requalificação do **Parque Habitacional** do município acompanhada da elaboração dos necessários regulamentos, definindo para o efeito eficazes políticas de utilização. -----

Implementação das **Praias Fluviais** em parceria com as juntas de freguesia. -----

Revisão de **Planos**, nomeadamente do **Centro Histórico** e os de **Pormenor das Avessadas e da Rua de Coimbra**. -----

A atitude de desleixo e desinvestimento do PSD, na última década, nos **Bombeiros Municipais** levou a que seja prioritário dotá-los dos meios adequados e necessários ao integral cumprimento das suas missões. -----

Nos tempos difíceis que vivemos, a segurança é obrigatoriamente uma preocupação de quem tem responsabilidades políticas. É prioritário institucionalizar com as forças de **segurança** um diálogo e uma colaboração proactiva, no sentido de intensificar o policiamento de proximidade, que vise a salvaguarda de pessoas e bens, não só nos locais mais isolados do Concelho como também o reforço na cidade, em particular na zona histórica, devendo prever-se aqui, no futuro próximo, a instalação de uma esquadra. -----

COMPROMISSOS

Ultimar a revisão do **Plano Director Municipal (PDM)** com a maior brevidade, assumindo o compromisso de o colocar à discussão pública no prazo de 12 meses. -----

Requalificar um espaço nobre da cidade, que é a zona do mercado, assumindo o compromisso de aprovar o projecto que preveja a construção de um moderno, acolhedor e funcional **Mercado Municipal** no prazo de 18 meses. -----

Implementar uma **Rede Social** - estabelecendo a interactividade entre as diversas entidades com participação neste domínio -, que ponha em prática políticas activas e exequíveis na área social, como o apoio na educação, na alimentação e no apoio domiciliário. Assumimos, assim, o compromisso de no prazo de 12 meses participar a aquisição de medicamentos a munícipes ou famílias em comprovada situação de carência económica, promovendo, igualmente, uma consciência colectiva dos problemas sociais. -----

Assumir o compromisso de construção da nova **Ponte do Carril**, no prazo de 24 meses, suprimindo, assim, o ponto mais crítico na segurança rodoviária do Concelho. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TOMAR



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TOMAR

Está conforme o original

Tomar, 27 de Nov. de 2014 *J. Simões*

Todo o munícipe tem direito a saber onde é gasto cada euro pelo que **assumimos o compromisso de**, para o efeito, implementar o designado **Portal da Transparência**, no prazo de 12 meses.

A actual maioria PS/CDU acolheu algumas dessas "PRIORIDADES E COMPROMISSOS" no seu Plano Plurianual de Investimentos (PPI) e afirma-se disposta a levá-las à prática.

Pelo que ficamos na expectativa de as ver concretizadas.

Face ao exposto e uma vez que a maioria PS/CDU se compromete a a tomar medidas estratégicas que conduzam ao desenvolvimento socio-económico do Concelho, visando fazer face às crescentes dificuldades socioeconómicas das famílias e das empresas, o Grupo Municipal INDEPENDENTES por TOMAR, concedendo mais uma vez o benefício da dúvida, - **ABSTÉM-SE** nas Grandes Opções do Plano e Orçamento do Município para o ano de 2015. ---

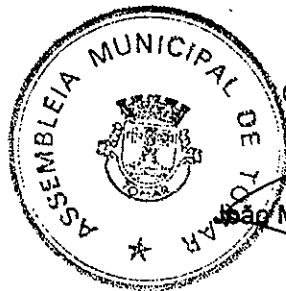
Tomar, 24 de Novembro de 2014. **O Grupo Municipal INDEPENDENTES por TOMAR**". -----

--- Esta Deliberação foi tomada em minuta. -----

Tomar, 24 de novembro de 2014

O Presidente da Assembleia Municipal,

J. Fortunato Pereira
José Manuel Fortunato Pereira



O Primeiro Secretário,

J. Simões
José Manuel P. Henriques Simões

Partido 13 ✓



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TOMAR

Handwritten signatures and initials, including 'Al', 'J. Soares', 'M. Santos', and 'F'.

Assembleia Municipal de Tomar

Grupo Municipal INDEPENDENTES *por* TOMAR

Grandes Opções do Plano e Orçamento do Município de Tomar para o ano de 2015

Declaração de Voto:

Um Plano de Actividades constitui o principal instrumento da gestão, em que se irá concretizar uma ideia, uma visão estratégica para o Concelho e a actividade de um ano, a qual tem de ser articulada com a dos anos anteriores e com a dos anos subsequentes, dada a sua interdependência.

O suporte financeiro do Plano é o Orçamento, que prevê as verbas destinadas a concretizar aquilo que se propõe.

O PSD, no poder consecutivamente durante dezasseis anos, começou por consignar a divisa “Tomar (um) Rumo!”, em que a revisão do PDM e o parque temático eram as acções estruturantes a desenvolver e a realizar. O parque temático nunca existiu e a revisão do PDM, começada uns anos depois, ainda não está concluída. Apareceu depois o “Projecto com futuro!”, mas sem qualquer suporte programático, isto apesar do ano eleitoral que se aproximava.

Para o ano de 2008 a divisa já foi: “O futuro constrói-se!”. Para o ano de 2009: “Tomar com futuro!”. Para o ano de 2010, já com a conjuntural e espúria maioria PSD/Partido Socialista, a divisa passou a ser: “Um Concelho mais competitivo!”. Para o ano de 2011, com a coligação em rota de colisão e em acentuada desagregação, a divisa foi: “Um Concelho mais solidário!”. Para 2012 a ainda maioria PSD/PS avançou com a divisa “Um Concelho solidário e mais coeso!”, mas as GOP não foram aprovadas pelo Executivo Camarário e não entraram em vigor. Finalmente para o ano de 2013 (o último do mandato anterior) a então maioria relativa PSD apresentou como divisa: “Um Concelho Virado para a Comunidade!”.

Ora, sendo certo que estas palavras de ordem se adequavam aos tempos difíceis que fomos vivemos (e que, infelizmente, se continuarão viver) e que até poderiam ser aceitáveis se assentassem em opções políticas substancialmente diferentes, protagonizadas por outra gente e se tal fosse a expressão da realidade - o que manifestamente nunca se verificou!

Os resultados eleitorais autárquicos operaram uma mudança política, da qual resultou a actual maioria PS/CDU, que apresentou as Grandes Opções do Plano e o Orçamento do Município para o ano de 2014, sob o lema: “Porque a mudança é agora e é o futuro que nos interessa” e se comprometeu a “proceder à elaboração de um orçamentamento rectificativo no início do segundo semestre, capaz de refletir de forma mais evidente o cunho do executivo agora em funções, e a filosofia de mudança da gestão e orientação nos serviços do município que pretendemos implementar” (sic). Mas tal comprometimento nunca viu a luz do dia e, assim, se mantiveram as opções de gestão enunciadas.

GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE TOMAR PARA O ANO DE 2015

No PARTE I das GOPs e Orçamento para o ano de 2015, após uma análise à evolução dos indicadores demográficos no Concelho, sua comparação com outras autarquias e também aos índices de desemprego (pág.s 6 e 7), a maioria PS/CDU afirma que: “...O combate ao despovoamento constituiu-se

como objetivo central da estratégia do Município. Nesse sentido, importa reter a população residente e, simultaneamente, criar as condições para a atração de novos residentes, de modo a alterar a respetiva pirâmide etária, revitalizando a *estrutura demográfica do município*" (sic, pág. 9).

Daqui surge

"O grande desafio para 2015.

Continuar a promover o saneamento financeiro nos próximos anos, para garantir a SUSTENTABILIDADE do Município para o futuro, sem comprometer a gestão corrente e o apoio permanente às populações.

A estratégia para os próximos anos passa pelo reforço das políticas sociais, pelo equilíbrio financeiro nas contas e pela implementação de dinâmicas que visem a criação de emprego e de valor para a economia local. Nesta conformidade quer o Orçamento quer o PPI/PPA são o suporte programática desta estratégia e considera-se que estão devidamente alinhados com a mesma.

Assim a primeira APOSTA ESTRATÉGICA para 2015, SERÁ A HABITAÇÃO SOCIAL (...)-

A segunda APOSTA ESTRATÉGICA a dar execução em 2015, será a concretização dos projectos qualificantes da economia local, da educação, da segurança rodoviária e da vocação turística de Tomar (...)" (sic, pág. 9).

"A terceira APOSTA ESTRATÉGICA a dar execução em 2015, será a optimização das funções correntes, dentro da sua visão e missão, que preparem o Município para os desafios do novo Quadro de Financiamento 2020 (sic, pág. 10).

E a maioria PS/CDU constata que *"Nos Relatórios sobre Qualidade de vida nos Municípios Portugueses, de 2007, em 278 Concelhos, encontrava-se na 99ª posição. No ano de 2009, na posição 130ª. No ano de 2012, na posição de 206, num total de 308 Concelhos. É no fundo este o grande desafio que se coloca, quer para este Orçamento, quer para os seguintes: potenciar a qualidade de vida dos Tomarenses. O Município de Tomar orienta a sua ação no sentido de transformar o Concelho de Tomar num espaço territorial dinâmico, competitivo e solidário, no contexto da globalização e da sociedade do conhecimento. O Atual Orçamento, aprofunda esta visão, apoiando-se em princípios de os documentos previsionais que apresentamos apoiam-se em princípios e regras de rigor, contenção, prudência, equidade geracional e transparência, assim como as disposições legais (...) as quais condicionam à locação de recursos na autonomia da gestão municipal, tendo sempre em conta, apesar de todas as restrições, as necessidades sociais, agudizadas que têm estado por políticas centrais erradas" (sic, pág. 8)).*

Aguardamos que a franca disponibilidade democrática se concretize e que tais princípios sejam correspondidos pelos actos e, objectivamente, não acabem desmentidos pela realidade!

Mas o certo é que que as baixas execuções orçamentais (a partir de 2004 até ao presente) - a rondar os 50% ou mesmo abaixo de tal fasquia - e a difícil situação financeira em que o Município se encontra, não são nada animadoras e não auguram nada de bom.

Os Planos irrealistas e os Orçamentos hiperinflacionados destes últimos anos assentaram numa reiterada política de taxas e tarifas no máximo limite possível e na necessidade de justificar o crescente endividamento também no máximo limite permitido por Lei (ex. o aumento dos juros dos financiamentos, mais a amortização de empréstimos).

Ora, como sempre o afirmámos, os seus resultados estão bem à vista de todos:

baixa de população - estagnação - retrocesso no desenvolvimento

No Documento em análise (nas págs. 6 e 7) vem confirmado que os INDEPENDENTES por TOMAR tinham razão nas suas críticas às políticas praticadas pelo PSD (com a conivência do PS, que até concretizou uma coligação de lugares e de interesses), que foram agravando a situação económica e social do Concelho, com o consecutivo abaixamento dos indicadores demográficos, com um sensível decréscimo populacional e com um desemprego acentuado, que colocam Tomar em difícil situação.

No ocumento não se encontra qualquer informação sobre a execução orçamental de 2014.

Tal omissão, além de incorrecta do ponto de vista técnico, pode indiciar a possibilidade de, mais uma vez, estarmos perante um exercício orçamental fantasioso, ou mesmo sem método, nem rigor, principalmente, no que respeita às Receitas.

Como é do conhecimento público os compromissos assumidos em anos anteriores são de valor muito significativo e os os INDEPENDENTES *por* TOMAR não vislumbram nas GOP e Orçamento para 2015 uma estratégia consistente que conduza à resolução dos graves problemas financeiros do Município.

Estamos perante um Plano de continuidade, vocacionado para a tarefa de tentar concluir as obras em curso (obras da Levada, obras do Mercado e outras) incluindo no seu Orçamento verbas para tentar liquidar os compromissos financeiros assumidos - taxas e licenças de obras particulares, vendas de património e fundos nacionais e comunitários.

Mas, de novas obras particulares muito pouco se pode esperar, dada a patente estagnação da actividade económica e a teia burocrática que as tem envolvido.

No contexto de crise em que vivemos as vendas de património nem se mostram exequíveis e nem tão pouco pode haver a expectativa de que, a sua eventual concretização, venha gerar os altos valores orçamentados.

Quanto aos fundos nacionais e comunitários, a sua comparticipação é sempre parcial, cabendo à autarquia assegurar o financiamento da parte não comparticipada, com recurso a fundos próprios (inexistentes, como é sabido) ou ao crédito bancário, o qual é de difícil acesso e se revela muito oneroso!

Aliás, é por causa disso que o endividamento do Município é muito significativo!

Acresce que, o arranque de um novo quadro comunitário ainda irá demorar, sendo certo que se prevê muito restritivo e exigente.

Portanto as expectativas não são muito risonhas!

Hoje, como ontem, continuamos a afirmar que, se não houver a coragem e a capacidade de alterar o rumo político seguido e os errados paradigmas da governação, Tomar será cada vez mais pobre, mais dependente, mais secundarizado!

O Grupo Municipal INDEPENDENTES *por* TOMAR entende que é crucial proceder a uma alteração radical das erradas e erráticas políticas que têm sido seguidas nestes últimos anos, para estancar o endividamento sistémico do Município e também para impedir que as suas despesas de funcionamento mantenham um ritmo de crescimento crescente.

Constatamos haver uma actuação centrada na receita - por sinal algo inflacionada - enquanto nos parece haver muito pouco que aponte para uma consistente estratégia de contenção orçamental da despesa.

Aliás, enfatiza-se a despesa com pessoal nas despesas estruturais, agora na ordem dos 11,5 milhões de euros, em que existe um aumento de 2,7 milhões de euros face às despesas realizadas em 2013.

E, não se pode esquecer a integração dos trabalhadores do sector de resíduos sólidos e limpeza urbana nos SMAS (num total de 40), sendo expectável um decréscimo da despesa corrente da ordem dos 600 mil euros.

Os INDEPENDENTES *por* TOMAR apresentaram à população do Concelho um conjunto de

PRIORIDADES

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TOMAR



[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

O **Desenvolvimento económico** é estratégico e prioritário pelo que devemos ter políticas proactivas de atracção de investimento com vista à criação de emprego. Nesta vertente, para além do investimento nas novas tecnologias e na área social, será necessário definir planos estratégicos na área do Turismo (a desenvolver com operadores turísticos e demais parceiros do sector) e na área da Cultura com associações e demais instituições.

Resolução do ruinoso negócio do PSD, o conhecido **Parque T**, que por certo envolverá um valor superior a 10 milhões de euros – actualmente o município paga 100 mil euros por mês (quando paga!) dos quais mais de 60% são encargos com juros.

Requalificação da zona do **Flecheiro** em paralelo com a criação de **Parques Nómadas** que permitam que as famílias de etnia cigana tenham espaços com condições de habitabilidade, mantendo a sua cultura e costumes e defendendo uma boa integração na comunidade.

Salvo raras excepções em algumas das nossas **Freguesias** as estradas e os caminhos municipais, em muitos casos, estão num estado de degradação ao que urge dar resposta, pelo que se torna necessária a constituição de um adequado **Parque de Máquinas** que dê resposta a estas necessidades.

Temos consciência de que **investimentos estruturantes** para o Concelho, como é o caso do **saneamento básico** e das **principais acessibilidades** nomeadamente a conclusão da estrada da Serra, Carvalhos de Figueiredo, Valdonas e ligação às Algarvias, só serão possíveis de forma significativa com os Fundos Comunitários que estarão disponíveis para o período 2014/2020. Para esse efeito teremos que ter uma estrutura que analise os regulamentos dos **Fundos Comunitários** de forma a potenciar um óptimo aproveitamento por parte do município, bem como a dar resposta a todos aqueles (instituições ou empresas) que queiram investir no nosso Concelho. A requalificação dos principais aglomerados urbanos, em particular a zona histórica da cidade, é uma realidade e uma preocupação sobre a qual teremos que intervir (em colaboração com as juntas de freguesia). Com a urgência que o assunto requer, e protocolando com o **Instituto Politécnico de Tomar**, daremos início aos projectos de **Regeneração Urbana**.

Para além da necessária reestruturação financeira também é necessário, face à nova realidade e à aposta clara no investimento e na prestação de melhor serviço ao cidadão, às famílias e às empresas, a reorganização dos serviços municipais e a criação do **Balcão de Atendimento Único**.

Encontrar solução para o problema do **Convento de Santa Iria e Colégio Feminino** estabelecendo parcerias adequadas que permitam a recuperação destes espaços, defendendo sempre o interesse público, e pondo fim a mais um negócio do PSD que consumiu mais de um milhão e meio de euros.

Reestruturação da **Higiene e Limpeza** do Concelho, por forma a rentabilizar os equipamentos e permitir a adequada recolha de resíduos sólidos, lavagem de contentores e limpeza urbana.

Devolver a Tomar a denominação "**Tomar, Cidade Jardim**" requalificando os espaços verdes do Concelho e procedendo à revitalização do **Rio Nabão** e à reposição da sua fauna e flora.

Promover a realidade "**Centro Escolar da Linhaceira**" para o ano lectivo 2014/2015, com

a integração do edifício já existente, evitando a deslocação dos alunos para os Concelhos vizinhos.

Requalificação do **Parque Habitacional** do município acompanhada da elaboração dos necessários regulamentos, definindo para o efeito eficazes políticas de utilização.

Implementação das **Praias Fluviais** em parceria com as juntas de freguesia.

Revisão de **Planos**, nomeadamente do **Centro Histórico** e os de **Pormenor** das Avessadas e da Rua de Coimbra.

A atitude de desleixo e desinvestimento do PSD, na última década, nos **Bombeiros Municipais** levou a que seja prioritário dotá-los dos meios adequados e necessários ao integral cumprimento das suas missões.

Nos tempos difíceis que vivemos, a segurança é obrigatoriamente uma preocupação de quem tem responsabilidades políticas. É prioritário institucionalizar com as forças de **segurança** um diálogo e uma colaboração proactiva, no sentido de intensificar o policiamento de proximidade, que vise a salvaguarda de pessoas e bens, não só nos locais mais isolados do Concelho como também o reforço na cidade, em particular na zona histórica, devendo prever-se aqui, no futuro próximo, a instalação de uma esquadra.

COMPROMISSOS

Ultimar a revisão do **Plano Director Municipal (PDM)** com a maior brevidade, assumindo o compromisso de o colocar à discussão pública no prazo de 12 meses.

Requalificar um espaço nobre da cidade, que é a zona do mercado, assumindo o compromisso de aprovar o projecto que preveja a construção de um moderno, acolhedor e funcional **Mercado Municipal** no prazo de 18 meses.

Implementar uma **Rede Social** - estabelecendo a interactividade entre as diversas entidades com participação neste domínio -, que ponha em prática políticas activas e exequíveis na área social, como o apoio na educação, na alimentação e no apoio domiciliário. Assumimos, assim, o compromisso de no prazo de 12 meses compartilhar a aquisição de medicamentos a munícipes ou famílias em comprovada situação de carência económica, promovendo, igualmente, uma consciência colectiva dos problemas sociais.

Assumir o compromisso de construção da nova **Ponte do Carril**, no prazo de 24 meses, suprimindo, assim, o ponto mais crítico na segurança rodoviária do Concelho.

Todo o munícipe tem direito a saber onde é gasto cada euro pelo que assumimos o compromisso de, para o efeito, implementar o designado **Portal da Transparência**, no prazo de 12 meses.

Face à realidade actual a maioria PS/CDU viu-se compelida a seguir algumas dessas "PRIORIDADES E COMPROMISSOS" dos INDEPENDENTES por TOMAR no Plano Plurianual de Investimentos (PPI) e assumiu o compromisso de as levar à prática.

Pelo que ficamos na expectativa de as ver concretizadas.

Face ao exposto e uma vez que que a maioria PS/CDU se compromete a a tomar medidas conducentes ao desenvolvimento socioeconómico do Concelho, visando fazer face às crescentes



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TOMAR

dificuldades das famílias e das empresas, o Grupo Municipal INDEPENDENTES por TOMAR, concedendo mais uma vez o benefício da dúvida, - **ABSTÉM-SE** nas Grandes Opções do Plano e Orçamento do Município para o ano de 2015.

Tomar, 24 de Novembro de 2014
O Grupo Municipal INDEPENDENTES por TOMAR,

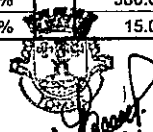
 *J. Mendes*

 *A. Mendes*

Controlo Orçamental da Despesa	Plano e Orçamento de 2015 - versão inicial			Plano e Orçamento de 2014 - versão inicial			Plano e Orçamento de 2013 - versão inicial			Documento de Prestação de Contas de 2013				
	Descrição	Previsões	%	Variação vs Orçamento 2014	Previsões	%	Variação vs Orçamento 2013	Previsões	%	Variação vs Execução 2013	Dotações corrigidas	Compromissos assumidos	Despesas pagas	Grau de execução orçamental
Despesas Correntes														
Despesas com o Pessoal	11.464.770,00	28,7%	14,5%	10.011.460,00	22,4%	5,4%	9.500.000,00	19,7%	-7,6%		9.500.769,00	8.950.632,20	8.773.681,18	92,3%
Aquisição de bens e serviços	9.081.950,00	22,7%	-12,6%	10.395.000,00	23,2%	0,1%	10.387.521,00	21,6%	-46,7%		10.786.575,00	11.324.597,62	5.541.669,15	51,4%
Juros e outros encargos														
Empréstimos m/l prazo	115.000,00	0,3%	-68,8%	368.345,00	0,8%	-6,0%	392.000,00	0,8%	-64,7%		197.000,00	672.787,66	138.379,01	70,2%
Juros de locação financeira	9.100,00	0,0%	-39,7%	15.100,00	0,0%	43,8%	10.500,00	0,0%	-59,6%		10.500,00	6.466,02	4.241,45	40,4%
Outros juros e encargos financeiros	2.502.000,00	6,3%	66,6%	1.502.000,00	3,4%	76,1%	853.000,00	1,8%	-74,3%		853.000,00	729.219,29	219.202,66	25,7%
Transferências correntes														
Administração local	470.000,00	1,2%	-41,4%	802.000,00	1,8%	248,7%	230.000,00	0,5%	-82,2%		235.000,00	225.525,77	41.049,13	17,5%
Instituições sem fins lucrativos	1.552.000,00	3,9%	36,7%	1.135.500,00	2,5%	-13,1%	1.306.300,00	2,7%	-28,9%		1.420.628,00	1.058.384,36	928.547,19	65,4%
Famílias	30.000,00	0,1%	0,0%	30.000,00	0,1%	0,0%	30.000,00	0,1%	-45,8%		30.000,00	16.250,00	16.250,00	54,2%
Subsídios	200,00	0,0%	0,0%	200,00	0,0%	0,0%	200,00	0,0%	-100,0%		200,00			0,0%
Outras despesas correntes	368.100,00	0,9%	-22,9%	477.300,00	1,1%	-65,3%	1.375.100,00	2,9%	-15,1%		1.510.600,00	1.421.396,80	1.167.234,04	77,3%
Sub-total despesas correntes	25.593.120,00	64,0%	3,5%	24.736.905,00	55,3%	2,7%	24.084.621,00	50,0%	-30,1%		24.544.272,00	24.405.259,72	16.830.253,81	68,6%
Despesas de capital														
Aquisição de bens de capital														
Investimentos	11.216.500,00	28,1%	-32,8%	16.696.650,00	37,3%	-18,1%	20.383.079,00	42,3%	-87,8%		19.835.796,00	15.739.445,76	2.495.907,23	12,6%
Locação financeira	59.000,00	0,1%	-36,6%	93.000,00	0,2%	31,0%	71.000,00	0,1%	-22,5%		86.132,00	164.795,38	55.016,80	63,9%
Transferências de capital														
Sociedades não financeiras	20.300,00	0,1%	0,0%	20.300,00	0,0%	0,0%	20.300,00	0,0%	-100,0%		20.300,00			0,0%
Administração local	545.000,00	1,4%	49,7%	364.000,00	0,8%	-59,6%	901.000,00	1,9%	-25,7%		901.000,00	723.899,04	669.224,53	74,3%
Instituições sem fins lucrativos	150.000,00	0,4%	42,7%	105.100,00	0,2%	74,9%	60.100,00	0,1%	-91,7%		67.600,00	67.500,00	5.000,00	7,4%
Famílias	1.000,00	0,0%	900,0%	100,00	0,0%	0,0%	100,00	0,0%	-100,0%		100,00			
Activos financeiros														
Empréstimos m/l prazo	100,00	0,0%	0,0%	100,00	0,0%	0,0%	100,00	0,0%	-100,0%		100,00			
Acções e outras participações	200,00	0,0%	0,0%	200,00	0,0%	0,0%	200,00	0,0%	-100,0%		200,00			0,0%
Unidades de Participação	146.126,00	0,4%	#DIV/0!		0,0%	#DIV/0!		0,0%	#DIV/0!					
Outros activos financeiros	200,00	0,0%	0,0%	200,00	0,0%	0,0%	200,00	0,0%	-100,0%		200,00			0,0%
Passivos financeiros														
Empréstimos m/l prazo	2.242.000,00	5,6%	-18,2%	2.741.145,00	6,1%	3,9%	2.639.000,00	5,5%	-7,3%		2.704.000,00	5.341.736,44	2.446.781,51	90,5%
Outras despesas de capital	300,00	0,0%	0,0%	300,00	0,0%	0,0%	300,00	0,0%	-100,0%		300,00			0,0%
Sub-total despesas de capital	14.380.726,00	36,0%	-28,2%	20.021.095,00	44,7%	-16,8%	24.075.379,00	50,0%	-76,4%		23.615.728,00	22.037.376,62	5.671.930,07	24,0%
Total geral	39.973.846,00	100,0%	-10,7%	44.758.000,00	100,0%	-7,1%	48.160.000,00	100,0%	-53,3%		48.160.000,00	46.442.636,34	22.502.183,88	46,7%



Controlo Orçamental da Receita	Plano e Orçamento de 2015 - versão inicial			Plano e Orçamento de 2014 - versão inicial			Plano e Orçamento de 2013 - versão inicial			Documento de Prestação de Contas de 2013			
	Descrição	Previsões	%	Variação vs Orçamento 2014	Previsões	%	Variação vs Orçamento 2013	Previsões	%	Variação vs Execução 2013	Previsões corrigidas	Receita cobrada líquida	Grau de execução orçamental
Receitas Correntes													
Impostos Directos	5.040.626,00	12,6%	-9,7%	5.581.638,00	12,5%	12,1%	4.978.256,00	10,3%	-1,0%	4.978.256,00	4.929.645,75	99,0%	
IMI	3.361.066,00	8,4%	-9,1%	3.699.108,00	8,3%	31,3%	2.817.258,00	5,8%	15,1%	2.817.258,00	3.242.120,24	115,1%	
Imposto s/ veículos / IUC	879.657,00	2,2%	10,0%	799.957,00	1,8%	19,9%	667.246,00	1,4%	36,5%	667.246,00	910.581,18	136,5%	
Imposto Municipal s/ Transmissões	494.222,00	1,2%	-37,9%	795.447,00	1,8%	-25,9%	1.073.140,00	2,2%	-49,9%	1.073.140,00	537.611,56	50,1%	
Derrama	293.392,00	0,7%	6,4%	275.685,00	0,6%	-28,4%	385.129,00	0,8%	-39,1%	385.129,00	234.467,62	60,9%	
Impostos abolidos (Cont.autárquica e sisa)	12.289,00	0,0%	7,4%	11.441,00	0,0%	-67,8%	35.483,00	0,1%	-86,3%	35.483,00	4.865,15	13,7%	
Impostos Indirectos	197.218,00	0,5%	-89,8%	1.930.955,00	4,3%	58,4%	1.219.383,00	2,5%	-96,6%	1.219.383,00	42.042,15	3,4%	
Iva	0,00	0,0%	#DIV/0!	0,00	0,0%	#DIV/0!	0,00	0,0%	#DIV/0!			0,0%	
Mercados e feiras	1.346,00	0,0%	-96,6%	39.156,00	0,1%	11801,5%	329,00	0,0%	-100,0%	329,00		0,0%	
Loteamentos e obras	48.369,00	0,1%	-96,8%	1.507.860,00	3,4%	27,8%	1.180.000,00	2,5%	-97,7%	1.180.000,00	27.389,45	2,3%	
Ocupação da via pública	140.441,00	0,4%	-3,4%	145.358,00	0,3%	803,1%	16.096,00	0,0%	-51,5%	16.096,00	7.814,45	48,5%	
Publicidade	1.991,00	0,0%	-78,4%	9.201,00	0,0%	-26,6%	12.533,00	0,0%	-91,9%	12.533,00	1.015,20	8,1%	
Outros	5.071,00	0,0%	-97,8%	229.380,00	0,5%	2100,3%	10.425,00	0,0%	-44,1%	10.425,00	5.823,05	55,9%	
Taxas, multas e outras penalidades	478.891,00	1,2%	-45,4%	876.438,00	2,0%	113,2%	411.069,00	0,9%	3,1%	411.069,00	423.643,96	103,1%	
Mercados e feiras	210.281,00	0,5%	23,4%	170.445,00	0,4%	21,3%	140.470,00	0,3%	39,2%	140.470,00	195.551,45	139,2%	
Loteamentos e obras	217.006,00	0,5%	-65,0%	619.313,00	1,4%	184,9%	217.351,00	0,5%	-20,6%	217.351,00	172.603,29	79,4%	
Ocupação da via pública	12.888,00	0,0%	35,6%	9.505,00	0,0%	55,8%	6.102,00	0,0%	58,1%	6.102,00	9.649,74	158,1%	
Caça, uso e porte de arma	887,00	0,0%	-11,3%	1.000,00	0,0%	37,2%	729,00	0,0%	19,8%	729,00	873,31	119,8%	
Outras taxas	11.165,00	0,0%	-41,2%	18.979,00	0,0%	-12,0%	21.558,00	0,0%	-40,1%	21.558,00	12.915,31	59,9%	
Multas e outras penalidades	26.664,00	0,1%	-53,4%	57.196,00	0,1%	130,1%	24.859,00	0,1%	28,9%	24.859,00	32.050,86	128,9%	
Rendimentos de propriedades	5.503.000,00	13,8%	49,7%	3.676.660,00	8,2%	42,9%	2.573.000,00	5,3%	-40,0%	2.573.000,00	1.544.406,11	60,0%	
Juros	53.000,00	0,1%	34,2%	39.500,00	0,1%	-31,9%	58.000,00	0,1%	-86,8%	58.000,00	7.643,99	13,2%	
Rendas	5.450.000,00	13,6%	49,8%	3.637.160,00	8,1%	44,6%	2.515.000,00	5,2%	-38,9%	2.515.000,00	1.536.762,12	61,1%	
Activos incorpóreos	0,00	0,0%	#DIV/0!	0,00	0,0%	#DIV/0!	0,00	0,0%	#DIV/0!			0,0%	
Transferências correntes	12.395.194,00	31,0%	6,6%	11.632.879,00	26,0%	7,5%	10.821.830,00	22,5%	-1,4%	10.821.830,00	10.669.968,38	98,6%	
Sociedades e quase sociedades	220.000,00	0,6%	21900,0%	1.000,00	0,0%	-98,3%	60.000,00	0,1%	-92,0%	60.000,00	4.774,24	8,0%	
Sociedades financeiras	440.000,00	1,1%	21900,0%	2.000,00	0,0%	-98,3%	120.000,00	0,2%	-100,0%	120.000,00		0,0%	
Administração central													
- Fundos Municipais (Geral+Base+Coessão)	8.559.757,00	21,4%	6,9%	8.005.438,00	17,9%	31,0%	6.110.130,00	12,7%	23,2%	6.110.130,00	7.528.356,00	123,2%	
- Fundo Equilíbrio Financeiro	6.338.741,00	15,9%	0,6%	6.301.184,00	14,1%	47,4%	4.275.527,00	8,9%	33,2%	4.275.527,00	5.693.694,00		
- Fundo Social Municipal	773.316,00	1,9%	19,0%	650.103,00	1,5%	0,0%	650.044,00	1,3%	0,0%	650.044,00	650.103,00		
- Participação Fixa no IRS	1.447.700,00	3,6%	37,3%	1.054.151,00	2,4%	-11,0%	1.184.559,00	2,5%	0,0%	1.184.559,00	1.184.559,00		
- Outras transferências do Estado	3.000.000,00	7,6%	-11,8%	3.403.256,00	7,6%	17,4%	2.900.000,00	6,0%	5,0%	2.900.000,00	3.044.218,28	105,0%	
- Estado - Participação comunitária em projectos	120.437,00	0,3%	-38,0%	194.185,00	0,4%	-82,5%	1.111.700,00	2,3%	-95,2%	1.111.700,00	53.250,13	4,8%	
- Serviços e fundos autónomos	10.000,00	0,0%	90,0%	1.000,00	0,0%	-98,0%	50.000,00	0,1%	-71,1%	50.000,00	14.427,61	28,9%	
Segurança social	45.000,00	0,1%	73,1%	26.000,00	0,1%	-94,5%	470.000,00	1,0%	-94,7%	470.000,00	24.942,12	5,3%	
Venda de bens e serviços	6.212.532,00	15,6%	0,1%	6.209.100,00	13,9%	17,4%	5.290.000,00	11,0%	-58,8%	5.290.000,00	2.180.246,79	41,2%	
Venda de bens	429.532,00	1,1%	565,9%	64.500,00	0,1%	-75,2%	260.000,00	0,5%	-83,4%	260.000,00	43.039,13	16,6%	
Aluguer de espaços e equipamentos	300.000,00	0,8%	650,0%	40.000,00	0,1%	60,0%	25.000,00	0,1%	92,6%	25.000,00	48.154,95	192,6%	
Vistorias e ensaios	150.000,00	0,4%	400,0%	30.000,00	0,1%	-92,1%	380.000,00	0,8%	-93,3%	380.000,00	25.355,95	6,7%	
Serviços sociais	15.000,00	0,0%	1400,0%	1.000,00	0,0%	-93,3%	15.000,00	0,0%	-100,0%	15.000,00		0,0%	



Controlo Orçamental da Receita	Plano e Orçamento de 2015 - versão inicial			Plano e Orçamento de 2014 - versão inicial			Plano e Orçamento de 2013 - versão inicial			Documento de Prestação de Contas de 2013		
	Descrição	Previsões	%	Variação vs Orçamento 2014	Previsões	%	Variação vs Orçamento 2013	Previsões	%	Variação vs Execução 2013	Previsões corrigidas	Receita cobrada líquida
Serviços recreativos	65.000,00	0,2%	30,0%	50.000,00	0,1%	100,0%	25.000,00	0,1%	-57,1%	25.000,00	10.719,00	42,9%
Serviços culturais	100.000,00	0,3%	-33,3%	150.000,00	0,3%	500,0%	25.000,00	0,1%	-55,7%	25.000,00	11.065,00	44,3%
Serviços desportivos	500.000,00	1,3%	-3,8%	520.000,00	1,2%	48,8%	350.000,00	0,7%	-65,9%	350.000,00	119.251,30	34,1%
Resíduos sólidos	300.000,00	0,8%	-85,7%	2.100.000,00	4,7%	-16,0%	2.500.000,00	5,2%	-51,8%	2.500.000,00	1.205.025,59	48,2%
Trabalhos p/ conta de particulares	462.000,00	1,2%	-4,5%	484.000,00	1,1%	384,0%	100.000,00	0,2%	-90,8%	100.000,00	9.248,58	9,2%
Cemitérios	300.000,00	0,8%	53,8%	195.000,00	0,4%	62,5%	120.000,00	0,2%	-48,8%	120.000,00	61.409,42	51,2%
Mercados e feiras	341.000,00	0,9%	127,3%	150.000,00	0,3%	650,0%	20.000,00	0,0%	-92,4%	20.000,00	1.526,00	7,6%
Parques de estacionamento	500.000,00	1,3%	-16,7%	600.000,00	1,3%	62,2%	370.000,00	0,8%	-65,3%	370.000,00	165.317,93	44,7%
Parque de campismo	500.000,00	1,3%	100,0%	250.000,00	0,6%	108,3%	120.000,00	0,2%	-46,1%	120.000,00	64.735,93	53,9%
Outros serviços	1.560.000,00	3,9%	64,1%	950.600,00	2,1%	26,7%	750.000,00	1,6%	-62,4%	750.000,00	282.253,69	37,6%
Rendas	690.000,00	1,7%	10,6%	624.000,00	1,4%	171,3%	230.000,00	0,5%	-42,1%	230.000,00	133.144,32	57,9%
Outras receitas correntes	1.328.000,00	3,3%	63,7%	811.000,00	1,8%	2,7%	790.000,00	1,6%	-70,7%	790.000,00	231.749,52	29,3%
Sub-total receitas correntes	31.155.461,00	77,9%	1,4%	30.718.670,00	68,6%	17,8%	26.083.538,00	54,2%	-23,2%	26.083.538,00	20.021.702,66	76,8%
Receitas de capital												
Venda de bens de investimento	3.806.000,00	9,5%	-52,6%	8.030.000,00	17,9%	13,2%	7.093.000,00	14,7%	-97,0%	7.093.000,00	214.294,00	3,0%
Terrenos	2.000,00	0,0%	-99,6%	550.000,00	1,2%	-42,1%	950.000,00	2,0%	-100,0%	950.000,00		0,0%
Habitacões	3.000,00	0,0%	-99,7%	860.000,00	1,9%	239,9%	253.000,00	0,5%	-100,0%	253.000,00		0,0%
Edifícios	1.000,00	0,0%	-100,0%	4.500.000,00	10,1%	-8,2%	4.900.000,00	10,2%	-100,0%	4.900.000,00		0,0%
Equipamento de transporte	200.000,00	0,5%	-42,9%	350.000,00	0,8%	288,9%	90.000,00	0,2%	-94,0%	90.000,00	5.359,00	6,0%
Maquinaria e equipamento	300.000,00	0,8%	-28,6%	420.000,00	0,9%	320,0%	100.000,00	0,2%	-79,0%	100.000,00	21.035,00	21,0%
Outros bens de investimento	3.300.000,00	8,3%	144,4%	1.350.000,00	3,0%	68,8%	800.000,00	1,7%	-76,5%	800.000,00	187.900,00	23,5%
Transferências de capital - Administração central	4.985.385,00	12,5%	-11,7%	5.647.330,00	12,6%	-47,8%	10.810.852,00	22,4%	-77,8%	10.810.852,00	2.400.932,55	22,2%
- Fundos Municipais (Geral+Base+Coessão)		0,0%	#DIV/0!		0,0%	#DIV/0!		0,0%	#DIV/0!			#DIV/0!
- Fundo Equilíbrio Financeiro	704.305,00	1,8%	0,6%	700.132,00	1,6%	-75,4%	2.848.352,00	5,9%	-50,0%	2.848.352,00	1.423.423,00	50,0%
- Cooperação técnica e financeira		0,0%	#DIV/0!		0,0%	#DIV/0!		0,0%	#DIV/0!			#DIV/0!
- Outras transferências (PIDDAC e outras)		0,0%	#DIV/0!		0,0%	#DIV/0!		0,0%	#DIV/0!			#DIV/0!
- Estado - Participação comunitária em projectos	3.881.080,00	9,7%	-19,9%	4.847.198,00	10,8%	-33,9%	7.332.500,00	15,2%	-86,7%	7.332.500,00	977.397,89	13,3%
- Serviços e fundos autónomos	400.000,00	1,0%	300,0%	100.000,00	0,2%	-84,1%	630.000,00	1,3%	-100,0%	630.000,00	111,66	0,0%
Activos financeiros								0,0%				
Empréstimos m/ prazo	21.000,00	0,1%	-70,8%	72.000,00	0,2%	33,3%	54.000,00	0,1%	-9,5%	54.000,00	48.843,28	90,5%
Passivos financeiros												
Empréstimos m/ prazo	2.000,00	0,0%	-90,0%	20.000,00	0,0%	-99,4%	3.606.610,00	7,5%	-100,0%	3.606.610,00		0,0%
Outras receitas de capital	3.000,00	0,0%	-98,8%	260.000,00	0,6%	-48,2%	502.000,00	1,0%	-71,2%	502.000,00	144.407,73	28,8%
Reposições não abatidas nos pagamentos	1.000,00	0,0%	-90,0%	10.000,00	0,0%	0,0%	10.000,00	0,0%	-100,0%	10.000,00		0,0%
Saldo da gerência anterior												#DIV/0!
Sub-total receitas de capital	8.818.385,00	22,1%	-37,2%	14.039.330,00	31,4%	-36,4%	22.076.462,00	45,8%	-87,3%	22.076.462,00	2.808.477,56	12,7%
Total geral	39.973.846,00	100,0%	-10,7%	44.758.000,00	100,0%	-7,1%	48.160.000,00	100,0%	-52,6%	48.160.000,00	22.830.180,22	47,4%

